



UEDS

UNIÃO DA ESQUERDA PARA A DEMOCRACIA SOCIALISTA

NOÇÃO SOBRE TIMOR-LESTE

A UEDS reunida em CONVENÇÃO NACIONAL, em Lisboa, a 3 e 4 de Dezembro de 1983, considera que;

1-Como partido político português, partilha a responsabilidade que cabe a Portugal como ex-colonizador e potência administrante, na procura de soluções aceitáveis para a questão de Timor-Leste.

2-Enquanto organização política agindo nas instituições do Estado, nomeadamente na Assembleia da República, não se exime de dar o seu contributo activo e crítico na procura de soluções como é expressamente consignado na Constituição Portuguesa.

3-A UEDS apoia por todos os meios ao seu alcance, a luta pela auto-determinação e independência levada a cabo pelo povo Maubere - sob a direcção da FRETILIN - contra o ocupante indonésio; e reconhece a FRETILIN como legítimo representante do povo timorense .

4-A UEDS responsabiliza a Indonésia

4.1-Pelo genocídio do povo Maubere, cuja terça-parte foi exterminada de forma sistemática e cruel pelo exército indonesio.

4.2-Pela tentativa de integração política, pela força no estado indonesio, do território de Timor-Leste.

4.3-Pela constante violação dos mais elementares direitos políticos, nomeadamente pela violação do direito à auto-determinação e independência do povo de Timor-Leste.

4.4-Pela falta de interesse politico em solucionar o problema de acordo com o direito internacional sob a égide das Nações Unidas, nomeadamente no âmbito da parte operativa da resolução 37/30 da Assembleia Geral:

5-A UEDS propõe-se:

5.1-Dinamizar a Comissão Eventual sobre Timor-Leste, existente desde Setembro último na Assembleia da República

5.2-Pressionar o Governo, especialmente o Ministério dos Negócios Estrangeiros, para levar a bom termo a questão de Timor-Leste, obedecendo ao processo constitucional e guiando por este a sua acção na ONU e noutros "fora" onde a questão vem sendo levantada.

5.3-Pressionar o Governo português a reconhecer a FRETLIN como legítimo representante do povo Maubere, e inclui-la como parte interessada no âmbito da citada resolução 37/30 da AG/ONU.

5.4-A nível organizativo interno; criar um grupo de trabalho que assuma na prática, e dê continuidade ao apoio à luta do povo Maubere.

A UEDS apela aos seus militantes, às organizações políticas, às instituições democráticas do Estado e a todo o povo para que não esqueçam o drama de Timor-Leste e se esforcem para que os direitos dos timorenses sejam repostos, na justiça e na paz.

Maria Alfredo Ferreira da Fonseca
 José Puroza
 José Bráz Pinto